

CRÍTICA À APOLOGIA DOS OBJETOS

Paulo Cesar Scarim

RESUMO:

Em nenhuma outra época a humanidade produziram-se tantos objetos. Sobre esta afirmação é necessário que recaia uma análise. Os reflexos deste fato sobre as noções e conceitos do pensar geográfico é o centro deste artigo.

PALAVRAS-CHAVE:

Objeto técnico, razão, conceito, espaço geográfico e modernidade

ABSTRACT:

In no other time men has produced so many objects. It is necessary to analyze this affirmation. The reflection of this fact on notions and concepts of geographical thoughts are the center of this article.

KEY-WORDS:

Technical objects, reason, concept, geographical space and modernity

No nosso entorno nos relacionamos com um conjunto de objetos, que povoam nossa percepção, nossos pensamentos e nossos sonhos. São pensados como realizadores de nossos anseios e acabam-se colocando como a marca do homem do final deste século (um computador, um carro ou um celular). Sendo a base de nossa percepção, este mundo dos objetos torna-se a base dos conceitos do entendimento. É sobre este neo-determinismo artificial, ou a apologia deste, que este texto busca descortinar.

O primeiro ponto de partida, que se põe de imediato, para se construir a crítica, é a separação homem - natureza. Este é um marco ontológico, pois no processo de humanização, pelo trabalho, o homem transforma a natureza, e também se (auto) transforma, se auto-definindo a partir de sua diferenciação real com a natureza. Na produção material do seu mundo o homem toma consciência

de si. A auto-consciência humana aparece na história como a separação do seu diferente, a natureza. Esta foi a condição da emancipação humana com relação à natureza: o processo de trabalho, o desenvolvimento da técnica e da linguagem. Com a exteriorização humana, ou seja, a produção de um espaço, de objetos com a forma humana, acompanha, e é o meio, desta humanização. Mas este é um princípio genérico, ou seja universal.

Nesta construção teórica é possível identificar o grande projeto da razão: libertar o homem, identificando-o em relação ao outro. E isto significou um projeto de dominação deste outro, entendido tanto como a natureza externa ao homem (com seus ciclos, violências...), como o que há de natural no homem (o que há de bárbaro, seus ciclos, seus desejos, seus instintos...) e também o outro que vem do estrangeiro (o outro homem, o desconhecido, o artista...).

Como primeiro marco podemos, portanto, identificar a liberdade humana enquanto o processo de produção do mundo do homem, de onde, se destacam a técnica, o saber e a comunicação, tendo como essência o trabalho, ou seja, a prática material.

Um segundo marco, base da modernidade e particular a um período histórico, é aquele no qual o homem domina o outro homem diretamente e através da dominação dos meios de vida humana: dos bens naturais, dos instrumentos e do espaço construído.

Assim o trabalho que a princípio significa a exterioridade da humanidade, condição de sua auto-consciência e de sua liberdade, passa a ser estranho ao próprio homem trabalhador, que não mais possui nem a condição nem o produto do seu trabalho.

Desta forma a exteriorização (a condição da auto consciência, a obra humana, o espaço produzido, os objetos, assim como os meios para esta realização) sob o regime da propriedade privada e do trabalho autômato e assalariado deixam de ser fins para ser o meio de realização da dominação, da exploração e da acumulação capitalista. Esta é a base da sociedade capitalista e através dela o mundo humano passa a ser a clausura humana.

Quando a ciência se alia ao poder e busca viabilizar a expansão desta base, a técnica e a comunicação assumem o papel político de administração do mundo.

Seu método e sua linguagem passam a ser a da coesão, da ordem e da coerência. Funda-se sobre a hierarquia, a divisão do trabalho e a dominação. E procura transformar o desigual em equitativo e o contraditório em sistema. Indústria e ciência passam a ter a mesma racionalidade: a do progresso, a do desenvolvimento.

Um terceiro marco, apenas como atualização dos primeiros, se elabora quando o sistema de produção de mercadoria e de acumulação capitalista necessita para se auto reproduzir sair da fábrica, pois fica claro não somente que é necessário produzir mercadorias como

também produzir o homem consumidor, e também que é necessário e possível transformar em mercadorias espaços e tempos que ainda não estavam incorporados totalmente ao sistema. Assim, não somente o homem passa a ser instigado a consumir tudo o que necessita para viver, como também seu tempo livre, e não somente seu tempo de trabalho, passa a ser tempo útil, como consumidor.

O mesmo movimento que faz o capitalismo ser mundial faz o espaço ser vendido em parcelas e faz com que para cada momento da vida seja criado uma mercadoria. Por isso modernização, modernidade e metropolização não se separam, mesmo podendo ser distinguidos separadamente. A infra-estrutura do capitalismo se apodera pouco a pouco de todas as instâncias espaço/temporais da vida, se transformando em infra-estrutura da vida.

A forma racional da ciência e da técnica, ou seja, a racionalidade materializada nos sistemas de ação racional com respeito a fins acaba constituindo uma forma de vida, uma totalidade histórica de um mundo de vida. Esta racionalidade procura definir a vida, definir o mundo, a partir de conceitos e da lógica pela qual esta racionalidade se define. Da mesma forma, a mercadoria se veste de vida, a partir da propaganda, se envolve de sentimentos, sonhos e fantasias. O mundo coisificado, ou seja, o mundo dos objetos, o sistema construído a partir da racionalidade instrumental, procura se auto definir como o mundo, a totalidade mundo, se auto proclama a humanidade.

Esta racionalidade se torna totalitária quando busca se apoderar do mundo todo, dos sonhos, quando procura definir o que é racional e o que não é racional, procurando dominar tempos e espaços, definindo-os como racionais, irracionais ou arcaicos. A ciência, com sua parcialização e especialização, se identifica com este movimento. Foi sua explicação que criou para ele uma linguagem, uma cidade, um logos.

Um quarto marco ("em parte real, em parte virtual"), seria quando este mundo dos objetos

se instaura como totalidade. Quando a ciência, a tecnologia e a informação formam a base técnica da vida social atual, formando o meio de vida do homem, instalando um novo sistema de natureza. O meio no qual fertiliza as condições de expansão do tempo hegemônico, onde os objetos técnicos e as ações racionais e ajustadas procuram dominar. Esta cientificização, tecnicização e informatização dos espaços e das ações formam um neodeterminismo do espaço artificial. E é a partir dele que nossa análise deveria começar. Mas foi necessário antes pensar o pensamento, injetar na razão um questionamento, pois este corre o perigo de ser simples racionalidade.

Este é o trajeto do empobrecimento e da dissolução do sujeito enquanto consciente de si pelo reconhecimento na sua obra e na natureza não dominada, pois transformada em meio, em consumidor. Mas também é o empobrecimento e a dissolução do objeto, que de obra passa a ser uma coisa reproduzida em qualquer escala, pois reduzida à matéria, materialidade pura, despojada de sentido, uma mercadoria. A liberdade do sujeito passa pela libertação do objeto, restituindo seu sentido e o sentido de sua produção. É necessário recusar a falsa aura, o falso encanto que o objeto mercadoria se atribui através da publicidade e se instala no mundo desencantado em que reina a mercadoria sem qualquer significação.

Podemos portanto visar três faces no objeto. Uma, esta falsa aura que a mercadoria lhe atribui, um não ser querendo ser, querendo ser desejado, ser possuído, querendo ter nome, ter sentido. Um Eros objetificante, energia desperdiçada, direcionada para a posse de objetos.

A segunda face é o objeto sem sentido, objeto alienado, desvalorizado, o objeto em ruína. O objeto como ruína, a cidade como um super-objeto como ruína, é a imagem daquilo que foi destruído pelos opressores, daquilo que foi construído com os escombros. É o objeto como memória, recapitulação do sofrimento, monumento das catástrofes. A cidade é o palco alegórico da modernidade e os dramaturgos são

os objetos fetiches do capitalismo, as mercadorias, que automatizadas procuram determinar o destino do homem, esvaziando-o, e querendo assumir um rosto humano. Reino do inorgânico quer ser visto como orgânico, pelos seus invólucros. A essa humanização sentimental da mercadoria opõe-se sua metamorfose alegórica.

Uma terceira face é aquela que representa algo que transcenda a mera existência imediata do valor de troca e do valor de uso, representando uma perspectiva de desalienação. O valor de uso não é a negação da mercadoria e sim pelo contrário seu suporte material, que serve de base às fantasmagorias do fetichismo.

A salvação do objeto é possível privando-o não somente de seu valor de troca mas também de sua utilidade. Extraíndo-o do seu processo produtivo, no qual as coisas recebem seu valor e do processo de circulação, no qual são consumidas, realizando sua utilidade. A salvação do objeto é possível arrancando-o de suas conexões espaço-temporais, pois são conexões impostas pelo poder e pelo saber. Conexões que são base para todo um arcabouço de conceitos, e como os conceitos dos dominadores sempre foram o espelho no qual se refletiu a imagem de uma ordem, é necessário repensar os conceitos.

A vontade é fundamental para superar a objetificação. Vontade de criar um possível mais além do atual. Vontade de transbordar o devir nadificante. Resgatando o sentido da vida e a vontade de viver. A vontade não é inesgotável e não transcende a um ser exterior ao mundo, posto que se esgota na decadência e no niilismo moderno, mas que disto mesmo nascem nossa consciência e nossa liberdade, o que nos coloca a necessidade do resgate das possibilidades gestadas no passado e não concretizadas (memória) e o pensar livremente o presente (ente). O que significa obrar para a eternidade, dando à existência uma densidade infinita, precipitando a decadência, superando o niilismo, lembrando que há sempre um pouco de loucura no amor, e há sempre um pouco de razão na loucura.

A geografia, e os geógrafos não podem deixar de lado a tarefa de perscrutar os seus conceitos e sua base de pensamento sobre o mundo atual. Não pode simplesmente querer ser o espelho "cartesiano" do mundo. A modernidade, nos ensina W. Benjamin, coloca na frente deste espelho a vitrine. Diferente da metáfora do espelho, da relação direta entre o homem e a natureza, a metáfora da vitrine coloca a questão do fetiche. Já Hegel advertia da necessidade de uma força enorme que se desenraizasse do imediatamente terreno.

Neste tempo de obscuridade do sujeito e de crise da centralidade do trabalho, a geografia corre o risco de ser uma metáfora espacializante do reino glorioso da mercadoria. É possível identificar em escritos que, na busca desenfreada do princípio da empiria e da descrição, inadvertidamente fazem o discurso da tal globalização.

Não se perguntam se as palavras e os conceitos não possuem origem e significado e que pensar o pensamento (aquilo que atravessa a cabeça do homem) é o preceito basilar de se fazer ciência. A ciência não é o empírico e o empírico não é o real, de imediato. Neste caso não é possível suprassumir as mediações.

"Entre" o objeto fetiche e o objeto ruína é mister que se levantem, assim como o crepúsculo e a vigília, os sinais da singularidade. Em parte já anunciada pelas (re)descobertas do lúdico, do tempo livre, do lugar, da solidariedade, entre outros menestréis que clamam aos sensíveis por uma epistemologia geográfica menos eirada.

Para a Geografia estar "viva" talvez seja necessário ao mesmo tempo que desconfiar dos sinais, numa sabedoria matuta, desviar o olhar da florescência dos apologistas dos "novos objetos ultra tecnológicos modernos" (sic).

Bibliografia

BENJAMIN, Walter. *MAGIA E TÉCNICA, ARTE E POLÍTICA*. Obras escolhidas. Ed. Brasiliense, S.P., 1985

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. Ed. Hucitec, S.P., 1996

LEFEBVRE, Henri. *De lo rural a lo urbano*.

Ediciones Península, 4ª Ed., Barcelona, 1978

ROUANET, Sérgio Paulo. *Édipo e o Anjo*. Itinerários freudianos em Walter Benjamin. Ed. Tempo Brasileiro, R.J., 1981

